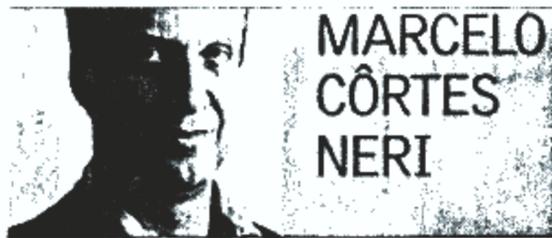


"Nossa visão estava baseada na tradicional retórica econômica de esquerda do PT e de Lula. No entanto, estávamos errados."

Relatório do banco de investimentos americano Goldman Sachs enviado ontem aos clientes, admitindo que errou ao rebaixar o Brasil em janeiro, quando previu dificuldades do novo governo em colocar suas políticas em prática.

Combate à miséria: partindo do zero



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

Semana passada presenciamos o lançamento do Fome Zero. Gostaria de tecer algumas críticas ao programa. A primeira refere-se ao elevado conteúdo simbólico assumido. Lula ao firmar como prioridade zero o combate à fome, coloca a questão num patamar inédito na história brasileira. Nenhum presidente do Brasil estabeleceu compromisso tão forte e visceral com o tema. A trajetória de vida de Lula estabelece legitimidade à iniciativa, ao mesmo tempo que representa um modelo valioso da possibilidade de ascensão social ao povo. A chegada de Lula a presidência do Brasil é, guardadas as proporções, comparável à de Nelson Mandela na África do Sul.

Não se pode qualificar o Fome Zero de eleitoreiro, pois apesar da versão zero da proposta ter sido lançada já no segundo semestre de 2001, ela permaneceu hibernada até o pronunciamento do discurso da vitória em 27 de outubro de 2002. A questão da miséria não se revelou uma opção preferencial da opinião pública durante a campanha política. E talvez pelo fato de todos os candidatos terem pautado as suas pro-

postas nos anseios expressos por pesquisas de opinião, o combate à pobreza e à desigualdade esteve ausente dos debates eleitorais. Uma característica importante do novo governo desde o período de transição é pautar, e não ser pautado pela opinião pública, ou pela mídia. Neste aspecto, a iniciativa de Lula de colocar o combate à miséria no topo da agenda da sociedade brasileira é notável.

O debate pré-eleitoral esteve marcado por um viés de promoção dos produtores nacionais. Temas de geração de emprego, da volta à política de substituição de importações, idéias caras do ponto de vista do trabalhador e do empresário nacional, ocuparam lugar de destaque na agenda dos candidatos. Este viés representa uma inflexão em relação a década de 90 marcada pela crise de desemprego dos produtores. O período foi caracterizado pela ênfase nas reformas estruturais e pela difusão de novas políticas sociais, constituindo um verdadeiro império do consumidor.

O Fome Zero coloca o consumidor miserável na ordem do dia mas está contaminado pelo viés de produtor supracitado. O público-alvo dele é não só o faminto mas o produtor agrícola. Ao tentar restringir a liberdade de escolha do beneficiário a produtos alimentares, cria-se uma espécie de reserva de mercado tentando garantir o escoamento da produção local aos produtores agríco-

las. Na tentativa de chupar cana e assoviar ao mesmo tempo acaba-se não fazendo bem nem uma coisa, nem outra.

Outro problema relacionado levantado pela doutora Zilda Arns é a inviabilidade operacional da fiscalização das despesas alimentares proposta. Neste aspecto o programa não constrói cidadania, pelo contrário desconfia do beneficiário. A necessidade da figura dos fiscais da fome reflete falhas de desenho do programa. Não se pode construir um programa dependente de uma motivada fiscalização popular por prazo indefinido. Talvez o melhor exemplo desta problemática tenha sido os fiscais do Sarney durante o congelamento do Cruzado. A diferença é que lá a necessidade surgiu naturalmente ao longo do processo. Se a exigência de notas fosse pedagógica, ela deveria ser aplicada a toda a despesa alimentar. Se fosse a natureza fosse de cunho tributário, seria contraprodutiva pelo baixo volume de recursos a serem arrecadados. A iniciativa cria constrangimento legal ao estado que acabaria dando o seu recibo a transações informais. Por último, e mais importante, não existe razão para cercear a decisão do miserável do que consumir. Ninguém melhor do que o próprio para saber o que é melhor para si. Se o filho ficar doente, o beneficiário não poderia alocar o benefício recebido na compra de remédios?

Até agora a única ação concreta da

tentativa de se ensinar a pescar foi a criação da secretaria da pesca, o resto são ações compensatórias. Agora o país precisa de fato destas ações, o alto nível de desigualdade brasileira aliado a renda relativamente alta cria condições propícias para o desenho e implementação de políticas redistributivas emergenciais. O problema talvez esteja em tentar conferir ao Fome Zero mais do que ele tem capacidade de oferecer. O entendimento do programa acaba ficando ainda mais confuso ao se tentar colocar penduricalhos estruturais na proposta.

O Fome Zero é original e interessante, mas, naquilo em que ele é original, não parece interessante e vice-versa

De todos os pecados originais do Fome Zero o mais grave é o de tentar reinventar a roda. O programa ignora a estrutura anterior associada à chamada rede de proteção social construída nos últimos anos do Governo FHC. Ainda que tardia e em construção, esta rede representa uma estrutura de ataque integrado à miséria. O Fome Zero que deveria ser visto como um programa específico dentro de um marco mais geral, que está faltando, ao desprezar tal estrutura escolhe partir do zero. Dada a

expectativa gerada em torno do programa, e a sua relevância, esta opção revela-se arriscada.

O Fome Zero também despreza um valioso conhecimento detido pelo PT no campo social. O PT dispõe de um verdadeiro ataque de R's a começar por Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque. Excluir o Suplicy, o maior defensor e conhecedor da renda mínima no país equivaleria a escalar a seleção brasileira, deixando o Ronaldinho, em forma, no banco. A mudança de interpretação dada ao "C" do MEC de Cultura para criança dada pelo agora ministro Cristovam Buarque é um dos mais belos exemplos da criatividade social do novo governo. Assim como a criação do Ministério das Cidades, chefiado por Olívio Dutra.

A condução do chamado pacto social servindo à mesa fome zero com reformas estruturais representa uma tentativa louvável de conciliação do apetite social do PT com a obtenção das fontes de financiamento necessárias. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, sob a batuta de Tarso Genro, representa uma engenhosa tentativa de levar à frente um modelo de responsabilidade social e econômica combinadas.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br